



CNPJ nº 91.884.981/0001-32 | Rodovia Engenheiro Ermênio Oliveira Penteadó s/nº Km 57,5 - Indaiatuba/SP

BANCO JOHN DEERE S.A.

Demonstrações Financeiras para os Semestres e Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e Exercício de 2023 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido por ação)

Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondente ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2024. **Resumo das Operações:** o Banco John Deere S.A. tem seus esforços voltados ao financiamento de máquinas, equipamentos e peças da marca John Deere. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de novas operações de crédito no montante de R\$ 18,5 bilhões no exercício de 2024. O lucro líquido do exercício de 2024 foi de R\$ 47.407 mil. **Aspectos Econômicos e de negócio:** As condições econômicas no mercado global e industrial no qual o Banco opera podem afetar diretamente o negócio, bem como a confiança dos clientes em função de exposição cambial e volatilidade da moeda, preços das commodities, altas taxas de

juros, inflação, condições climáticas, política e estabilidade social. As taxas de juros permanecem elevadas, com aumentos gradativos na taxa Selic realizados pelo Banco Central, e suas estimativas indicam tendência de alta para os próximos meses. A expectativa para a moeda Real em 2025 é de estabilidade, porém, ocorreu uma desvalorização da moeda Real nos últimos meses de 2024. As estimativas para o mercado agrícola no Brasil para 2025 sugerem recorde na produção de grãos, principalmente para soja, milho primeira safra e algodão. O mercado permanece com sólidos fundamentos e confiança de crescimento no longo prazo. O mercado de construção civil indica desaceleração da indústria, principalmente motivado pela alta na taxa de juros. A John Deere indicou que a expectativa de vendas para equipamentos agrícolas no Brasil é de redução de 20% para o ano de 2025, bem como nas

vendas de equipamentos para construção civil e florestal. As previsões climáticas, de forma geral, estão favoráveis e suportam as projeções de safra recorde para este ano. **Aspectos Sociais:** O Banco reconhece a importância do engajamento corporativo em ações de responsabilidade social, por essa razão, anualmente, destina parte de seu lucro, a projetos sociais que ajudam na redução da desigualdade social, democratização do acesso à Cultura, Educação e Esporte. Todo esse trabalho é desenvolvido através do Instituto John Deere, fundada em 2004, a qual é responsável por gerenciar os programas de desenvolvimento. Suas ações estão focadas nos seguintes pilares de atuação: Educação, Desenvolvimento de Comunidades e Combate à Fome. As doações aos projetos sociais ocorrem no segundo semestre de cada ano calendário. **Gerenciamentos de Riscos e de Capital:** em

cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 4.968/21, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, o Banco mantém uma estrutura de gerenciamento integrada de riscos e gestão de capital. Em 31 de dezembro de 2024, os limites operacionais do Banco, que são apurados de forma consolidada, apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações. **Ouvidoria:** a missão da Ouvidoria é a de atuar como canal de comunicação entre o Banco John Deere S.A., seus clientes e os usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos, assegurando a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor.

Balanços Patrimoniais			
	NE	31.12.2024	31.12.2023
Ativo			
Disponibilidades	4	1.051	1.426
Aplicações interfinanceiras de liquidez - aplicações no mercado aberto	4	-	146.050
Relações interfinanceiras		797.448	1.062.933
Depósitos no Banco Central	4.1	797.448	1.062.933
Carteira de Crédito	5	17.124.488	17.435.533
Operações de crédito - setor privado		17.124.341	17.427.189
Outros créditos com característica de operação de crédito		147	8.344
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito (Operações de Créditos) (Outros Créditos)	6	(1.023.700)	(485.759)
Outros créditos		542.821	309.639
Ativos fiscais diferidos	13b	508.140	283.869
Diversos	7	34.681	25.770
Outros valores e bens		5.411	4.517
Outros valores e bens		4.698	3.412
Despesas antecipadas		713	1.105
Imobilizado de uso		6.560	4.100
Outras imobilizações de uso (Depreciações Acumuladas)		11.634	8.077
Intangível		(5.074)	(3.977)
Ativos Intangíveis (Amortização Acumulada)		33.898	26.070
		59.177	46.294
		(25.279)	(20.224)
Total do Ativo		17.487.977	18.504.509
Passivo			
Depósitos	9	476.303	2.300.540
Depósitos à vista		369.594	201.370
Depósitos a prazo		106.709	2.099.170
Obrigações por repasses do País - Instituições oficiais	8	7.477.855	6.501.656
FINAME / BNDES		7.475.295	6.498.494
FNO - Fundo Constitucional do Norte		2.560	3.162
Obrigações por repasses Exterior	8	3.636.831	3.217.095
Obrigações por repasses do exterior em Moeda Estrangeira		3.636.831	3.217.095
Letras Financeiras	10a	1.811.803	2.672.133
Letras Financeiras		1.811.803	2.672.133
Letras de crédito LCA	10b	1.392.186	905.006
Letras de crédito LCA		1.392.186	905.006
Outras obrigações		200.624	304.180
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	12a	2.018	2.544
Sociais e estatutárias	12a	10.652	13.847
Passivos fiscais correntes	11	79.390	189.248
Diversas	12a	25.787	32.957
Provisão para riscos contingentes	12b	4.465	7.433
Outros Passivos	16	78.312	58.151
Patrimônio Líquido			
Capital social - de domiciliados no País	14a	1.421.450	1.280.000
Capital social - a integralizar		-	141.450
Reserva de capital		323	323
Reservas de lucros	14b	1.068.147	1.182.128
Outros resultados abrangentes		2.455	(2)
Total do patrimônio líquido		2.492.375	2.603.899
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		17.487.977	18.504.509

Demonstrações do Resultado			
	NE	31.12.2024	31.12.2023
Receitas da Intermediação Financeira			
Operações de crédito		1.600.407	3.288.429
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		34.716	78.181
Total		1.635.123	3.366.610
Despesas de Intermediação Financeira			
Operações de captação no mercado	9	(16.807)	(61.936)
Operações de captação com letras financeiras	10a	(125.802)	(274.728)
Operações de captação com letras de crédito do agronegócio	10b	(67.231)	(116.840)
Operações de empréstimos e repasses	8	(1.033.626)	(2.093.852)
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6.a	(463.549)	(733.815)
Total		(1.707.015)	(3.281.171)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira			
Outras Receitas e Despesas Operacionais		(71.892)	85.439
Receitas de prestação de serviços	17	6.199	13.326
Rendas de tarifas bancárias		457	733
Despesas de pessoal	18	(34.366)	(65.242)
Outras despesas administrativas	19	(31.589)	(55.745)
Despesas tributárias		(20.660)	(42.288)
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12b	800	(2.967)
Outras receitas operacionais	20	4.951	8.588
Outras despesas operacionais		(1.217)	(2.933)
Total		(75.425)	(146.528)
Resultado Operacional			
Outras receitas não operacionais		6.627	8.036
Prejuízo na alienação de valores e bens		(410)	(515)
Resultado Não Operacional			
6.217	7.521	646	
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações			
(141.102)	(53.568)	482.992	
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	145.892	110.301
Provisão para imposto de renda		2.303	(63.181)
Provisão para contribuição social		(497)	(52.799)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		144.086	226.281
Participações Estatutárias nos Lucros Líquido do Semestre e Exercício			
(3.889)	(9.326)	(10.154)	
Total		901	47.407

Demonstração do Resultado Abrangente			
	NE	31.12.2024	31.12.2023
Lucro Líquido do semestre/exercício		901	47.407
Avaliação atuarial	21b	4.467	4.467
Efeito fiscal	21b	(2.010)	(2.010)
Total de resultados abrangentes do período		3.358	49.863

timó básico. Utilizando o teste de Somente Pagamento de Principal e Juros (SPPJ), os instrumentos financeiros foram classificados ao custo amortizado, conforme definido pela Resolução CMN nº 4.966/2021. Para os passivos financeiros/captações qualificam-se dentro do custo amortizado do passivo financeiro as comissões e deságio de operações de Letras Financeiras e LCAs cujo fator gerador seja no registro/originação do contrato de captação. **ii) Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Conforme Resolução CMN nº 4.553/2017 o BJD se classifica no porte de S3, e conforme resolução nº 4.966/21 optou pela metodologia completa para a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Para o cálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o BJD mensurou e reconheceu as perdas potenciais em seus instrumentos financeiros com base em modelos internos fundamentados em dados históricos e estatísticos. Esses modelos consideram os seguintes fatores: Probabilidade de Descumprimento (PD), Exposição no momento do descumprimento (EAD) e Perda Dado ao Descumprimento (LGD). O BJD considerou, em seus cálculos, os pesos regulatórios estabelecidos pela Resolução BCB nº 352/2023, que são limites mínimos definidos para garantir que as provisões sejam adequadas, mesmo em cenários adversos. Deste modo, sob a luz da Resolução CMN nº 2.682/99, a soma total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 1.023.700. Com a chegada da Resolução CMN nº 4.966/21, foi adotado o modelo de perdas esperadas, onde a companhia passa a reconhecer as perdas esperadas desde o momento do reconhecimento inicial da operação, considerando-se efeitos do passado, a situação presente e forward looking. Desta forma, a soma total de perdas esperadas passa a ser de R\$ 480.123, causando um impacto de reversão R\$ 543.577. **iii) Taxa efetiva de juros:** Para o cálculo da Taxa de Juros Efetiva (TJE), o BJD considerou o valor presente dos fluxos de caixa esperados, incluindo todos os termos contratuais do instrumento, como taxas de juros, prêmios, descontos e outros custos. Conforme o Art. 75 da Resolução BCB nº 352/23, os custos de transação e os valores recebidos que foram apropriados ao resultado até 31 de dezembro de 2024 não serão incorporados aos ativos e passivos financeiros da instituição. No entanto, o estoque de R\$ 78.000 dos valores recebidos de subsídio, flat e equalização continuará a ser diferido por 06 anos e registrado na conta de passivo. Para instrumentos com expectativa de Recuperação do Instrumento Financeiro o BJD adotará os seguintes processos conforme quadro a seguir, baseado na Instrução Normativa BCB nº 464, deverá ser utilizada a taxa de juros efetiva do instrumento no reconhecimento inicial no processo de cálculo do valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito:

Período	Taxa de Juros Considerada	Observação
A partir de 01º de janeiro de 2025	Taxa de Juros Contratual (Over) na base 252	Taxa utilizada para a composição da base de cálculo histórica referente ao valor presente dos fluxos de caixa esperados durante o processo de recuperação do crédito
Antes de 01º de janeiro de 2025	Taxa de Juros Efetiva (TJEO) do Instrumento no Reconhecimento Inicial	Ausência de captura sistêmica da TJEO antes de 2025, impossibilitando a utilização desta taxa

iv) Interrupção do reconhecimento de juros (stop accrual): Os ativos financeiros que estavam em "stop accrual" em 31 de dezembro de 2024, mas que não atendem à condição de ativos problemáticos, serão mensurados pelo Banco John Deere para incorporar as rendas advindas de contratos. Isso resultará em ajustes na conta de lucros e prejuízos acumulados, conforme o artigo 17 da Resolução CMN nº 4.966, de 2021 que estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo

Demonstração dos Fluxos de Caixa			
	NE	31.12.2024	31.12.2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Lucro líquido ajustado		413.121	869.732
Lucro líquido do semestre/exercício		901	47.407
Ajustes ao lucro líquido		412.220	822.325
Provisão benefício empregados		433	1.025
Provisão para riscos fiscais e trabalhistas	12b	(800)	2.967
Efeito de variação cambial com partes relacionadas		488.620	1.042.213
Efeito de variação cambial com repasse BNDES		297.953	549.603
Efeito de variação cambial com operações de crédito		(695.007)	(1.403.148)
Imposto de renda e Contribuição Social Correntes	13b	(1.806)	115.980
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13b	(144.084)	(226.281)
Provisões para Perdas Associadas ao Risco de Crédito	6.a	463.549	733.815
Depreciações e amortizações	19	3.363	6.152
Variação de Ativos e Obrigações			
Redução (aumento) em relações interfinanceiras		294.733	265.485
Redução (aumento) em operações de crédito		(1.342.956)	656.236
Juros recebidos em operações de crédito		587.618	862.083
Redução (aumento) em outros créditos		77.452	(6.901)
Redução (aumento) em outros valores e bens		(1.456)	(894)
Aumento (redução) em depósitos		(467.921)	(1.824.237)
Aumento (redução) em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)		961.901	857.639
Juros pagos em obrigações por repasses (BNDES/FINAME)		(63.017)	(431.043)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		(25.874)	(377.604)
Juros pagos em obrigações por empréstimos com partes relacionadas		(70.300)	(244.873)
Aumento em emissão de títulos (letras financeiras)		(575.341)	(860.330)
Aumento em emissão de títulos (LCA)		348.421	487.180
Aumento (redução) em outras obrigações		44.554	75.029
Imposto de renda e contribuição social pagos		(95.838)	(293.489)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais		85.098	34.013
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisição de imobilizado de uso e intangível		(9.140)	(16.440)
Aumento de Capital		-	300.000
Caixa líquido proveniente da (utilizado nas) atividades de investimentos		(9.140)	(16.440)
Atividades de Financiamento			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(139.400)	(139.400)
Imposto de renda e contribuição social pagos sobre JCP - (juros sobre capital)		(24.600)	(24.600)
Caixa líquido proveniente da (utilizado nas) atividades de financiamento		(164.000)	(164.000)
(Redução) Líquido(a) de Caixa e Equivalentes de Caixa		(88.043)	(146.426)
Disponibilidades		1.093	1.426
Aplicações interfinanceiras de liquidez		88.000	146.050
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	4	89.092	147.476
Disponibilidades		1.051	1.051
Aplicações interfinanceiras de liquidez		-	146.050
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	4	1.051	1.051
Variação do caixa e equivalente no período		(88.042)	(146.425)

problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos ou houver indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida Resolução proíbe explicitamente o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como "Stop Accrual". **V) Impacto da Dedutibilidade previstos na Lei nº 14.467 e PL 3802/24:** Conforme dispõe o Artigo 6º da Lei nº 14.467/22, as perdas apuradas em 1º de janeiro de 2025 relativas aos créditos que se encontrarem inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 que não tenham sido deduzidas até essa data e que não tenham sido recuperadas somente poderão ser excluídas do lucro líquido, na determinação do lucro real e da base de cálculo da CSLL, à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos) para cada mês do período de apuração, a partir do mês de janeiro de 2026. (Redação dada pela Lei nº 15.078, de 2024). Desta forma, considerando o montante apurado em 1º de janeiro de 2025 relativo aos créditos inadimplidos em 31 de dezembro de 2024 de R\$ 543.577, a instituição tem direito a um ativo diferido (crédito fiscal) de R\$ 244.610. Esse montante poderá ser recuperado à razão de 1/84 (um oitenta e quatro avos), o que representa o aproveitamento de R\$ 5.705 em cada mês do período de apuração, com efeito financeiro de R\$ 2.567 no IRPJ e na CSLL apurados, a serem pagos, em cada mês, nesse período. **a) E1 - Dedução de Perdas em Operações Inadimplidas:** O BJD irá deduzir as perdas em operações inadimplidas, independentemente da data de contratação do crédito, permitindo que valores não recuperados em créditos inadimplidos sejam considerados como despesa para fins de apuração do lucro tributável. **b) E2 - Operações com Empresas em Falência ou Recuperação Judicial:** Conforme definido no Art. 77 da Resolução CMN nº 4.966, no caso de ativos financeiros cuja contraparte seja pessoa jurídica em processo falimentar, o BJD irá proporcionar para perdas incorridas associadas ao risco de crédito, correspondendo, a partir da data da decretação da falência, a 100% do valor contábil bruto do ativo. Baseado na mensuração acima, os ativos financeiros que apresentarem falência, conforme a Lei nº 14.467, terão o valor total do crédito deduzido pelo BJD. No entanto, para casos de recuperação judicial, a dedutibilidade será limitada ao valor do abatimento previsto no plano de recuperação. **VI) Impactos estimados:** Conforme estabelecido no Art. 78 da Resolução CMN nº 4.966 de 25/11/2021, as instituições devem divulgar nas notas explicativas as demonstrações financeiras do exercício de 2024, os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o resultado e a posição financeira da instituição. Além disso, o Comunicado Nº 42.403 de 12/11/2024 resalta aspectos importantes para a atividade de auditoria independente no que tange à revisão da divulgação de impactos qualitativos e quantitativos nas Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido								
Exercício 2024	NE	Reservas de Lucros				Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
		Capital social realizado	Capital social a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal			
SALDOS EM 01/01/2023		886.500	118.500	323	96.125	901.203	-	643
Aumento de capital	14.a	393.500	(93.500)	-	-	-	-	300.000
Aumento de capital a integralizar	14.a	-	116.450	-	-	(137.000)	-	(20.550)
Reversão de dividendos para reserva estatutária	14.a	-	-	-	-	2.559	-	2.559
Lucro líquido do exercício	14.b	-	-	-	-	-	322.303	322.303
Destinações:								
Reserva legal	14.b	-	-	-	16.115	-	(16.115)	-
Dividendos	14.c	-	-	-	-	-	(3.062)	(3.062)
Juros sobre capital próprios	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	303.126	(303.126)	-	-
Outros eventos:								
Ajustes de avaliação atuarial	21.b	-	-	-	-	-	(645)	(645)
SALDOS EM 31/12/2023		1.280.000	141.450	323	112.240	1.069.888	-	(2)
SALDOS EM 01/01/2024		1.280.000	141.450	323	112.240	1.069.888	-	(2)
Aumento de capital	14.a	141.450	(141.					

Continuação

	Ativo (Passivo)		Receitas (despesas)	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Dealer CDB (c)	-	-	-	(1.186)
John Deere Escavadeiras	(15.454)	(20.331)	(6.238)	(6.238)
UNIMIL	(28.635)	(29.214)	(2.673)	(3.373)
Total	(106.709)	(2.099.170)	(59.047)	(59.047)
Dividendos a pagar (Nota nº 3)				
John Deere Brasil Ltda. (a)	(450)	(3.062)	-	-
Total	(450)	(3.062)	-	-
Outros ativos/receitas (5) (Nota 8)				
John Deere Brasil Ltda. (a)	5.079	8.603	3.773	3.773
John Deere Credit Companhia Financeira S.A (c)	8.475	6.143	1.635	1.635
Deere and Company	5.656	-	-	1.529
John Deere Financial (b)	2.167	-	-	-
John Deere Financial Mexico S.A (c)	297	322	1.688	1.688
P.L.A Maquinas Pulveriz e Fertiliz S.A (c)	-	50	-	-
Ciber Equipamentos Rodoviarios Ltda (c)	55	407	-	-
John Deere Escavadeiras	-	75	-	-
Total	21.729	15.600	7.095	7.095
Outros passivos/despesas (2)				
John Deere Brasil Ltda. (a)	(1.529)	(1.129)	(2.766)	(2.766)
John Deere Financial (b)	(3.955)	(4.161)	(10.912)	(10.912)
Total	(5.483)	(5.290)	(13.679)	(13.679)
Receitas subsidiadas (3)				
John Deere Brasil Ltda. (a)	(51.314)	(57.846)	139.859	139.860
John Deere Equipamentos do Brasil Ltda (c)	-	-	4	4
P.L.A Maquinas Pulveriz e Fertiliz S.A (c)	(487)	(163)	634	634
Ciber Equipamentos Rodoviarios Ltda (c)	(971)	(142)	3.165	3.165
John Deere Escavadeiras	-	-	12.444	12.604
Total	(52.772)	(58.151)	156.107	156.107
Obrigações por repasses do exterior (4) (nota 8)				
John Deere Capital Corporation (b)	(3.636.831)	(3.217.095)	(1.044.324)	(1.044.324)
Total	(3.636.831)	(3.217.095)	(1.044.324)	(1.044.324)

(a) Controladora. (b) Controladora Indireta. (c) Ligada. (1) Operações pós fixada em CDB (depósitos a prazo) e prefixadas (depósitos interfinanceiros). (2) O saldo passivo é representado basicamente por recursos recebidos de concessionários por contratações com a John Deere Brasil Ltda., cujo repasse é realizado em D+1 contados a partir da data do recebimento. A despesa refere-se às cobranças com suporte de Tecnologia da Informação e Serviços Compartilhados. (3) O saldo passivo refere-se aos resultados de exercícios futuros, não se trata de uma exigibilidade para com a entidade do grupo. (4) Saldos incluem impacto da variação cambial. (5) O saldo refere-se a valores a receber de reembolso de despesas e reembolso de Serviços Compartilhados.

c) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

O pessoal-chave da Administração são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, pela direção e pelo controle das atividades do Banco. A divulgação a seguir refere-se a despesa com a remuneração dos Diretores do Banco durante o exercício findo 31 de dezembro 2024 e de 2023.

	31.12.2024	31.12.2023
Benefícios de curto prazo a administradores	4.638	4.605
Outros benefícios de longo prazo	209	177
Total	4.847	4.782

(1) Plano de benefício definido cuja intenção de resgate é de longo prazo. (d) **Garantias:** Em 31 de dezembro de 2024 não obtivemos saldo em garantias fornecida pela Controladora para operações de crédito:

	31.12.2024	31.12.2023
Convênios Operacionais	-	66.080
Total	-	66.080

16 Outros Passivos:

Representam o saldo de receita de taxa de juros subsidiada pela Controladora e Ligadas, o qual foi recebido antecipadamente e será apropriado ao resultado, conforme prazo do contrato de financiamento aos quais se refere.

	31.12.2024	31.12.2023
Rendas Antecipadas - AG Externos	4.028	11.465
Rendas Antecipadas - CS Recurso		
Próprios	17.913	11.200
Rendas Antecipadas - AG Recurso		
Próprios	10.041	19.390
Rendas Antecipadas - FL Recurso		
Próprios	2.741	1.467
Rendas Antecipadas - CS Fineame	5.296	-
Rendas Antecipadas - AG Fineame	11.295	14.323
Rendas Antecipadas - CS Recurso		
Próprios (Wirtgen/Ciber)	971	142
Rendas Antecipadas - AG Recurso		
Próprios (PLA)	487	163
Rendas Antecipadas - AG Recurso		
Próprio TES	25.540	-
Total	78.312	58.150

Durante o exercício de 31/12/2024, foram apropriados ao resultado os montantes de R\$27.646, respectivamente (R\$15.685 em dezembro de 2023), apresentados na rubrica "Receita de Operações de Crédito".

17 Receitas de prestação de serviços

	31.12.2024	31.12.2023
	Semestre	Exercício
Receitas de prestação serviços (1)	6.198	13.324
Outras receitas	1	2
Total	6.199	13.326

(1) Referem-se aos serviços prestados na concessão de crédito para operações de financiamento aos fabricantes da marca John Deere, concessionárias e distribuidores.

18 Despesas de pessoal

	31.12.2024	31.12.2023
	Semestre	Exercício
Remuneração	15.808	31.260
Encargos	11.768	20.644
Benefícios	4.461	8.478
Treinamento	293	512
Outras	2.036	4.348
Total	34.366	65.242

19 Outras despesas administrativas

	31.12.2024	31.12.2023
	Semestre	Exercício
Depreciações e Amortizações	3.363	6.152
Serviços Técnicos		
Especializados e de Terceiros	11.212	21.203
Comunicações	213	401
Processamento de Dados	985	2.008
Propaganda, Promoções e Publicidade	3.805	5.186
Aluguéis	904	1.887
Transportes e Viagens	424	1.163

Economia & Negócios

	Ativo (Passivo)		Receitas (despesas)	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
	-	-	-	(1.186)
	(15.454)	(20.331)	(6.238)	(6.238)
	(28.635)	(29.214)	(2.673)	(3.373)
Total	(106.709)	(2.099.170)	(59.047)	(59.047)
	(450)	(3.062)	-	-
Total	(450)	(3.062)	-	-
	5.079	8.603	3.773	3.773
	8.475	6.143	1.635	1.635
	5.656	-	-	1.529
	2.167	-	-	-
	297	322	1.688	1.688
	-	50	-	-
	55	407	-	-
	-	75	-	-
Total	21.729	15.600	7.095	7.095
	(1.529)	(1.129)	(2.766)	(2.766)
	(3.955)	(4.161)	(10.912)	(10.912)
Total	(5.483)	(5.290)	(13.679)	(13.679)
	(51.314)	(57.846)	139.859	139.860
	-	-	4	4
	(487)	(163)	634	634
	(971)	(142)	3.165	3.165
	-	-	12.444	12.604
Total	(52.772)	(58.151)	156.107	156.107
	(3.636.831)	(3.217.095)	(1.044.324)	(1.044.324)
Total	(3.636.831)	(3.217.095)	(1.044.324)	(1.044.324)

Serviços do Sistema Financeiro 946 1.889 2.235
 Serviços de Vigilância e Prediais (3) 68 714
 Material 16 67 67
 Custas Jud. e Desp. Cobrança 7.084 10.416 2.671
 Multa e juros 505 539 2.861
 Serviço de suporte global intercompanhia 1.505 3.192 -
 Outras 629 1.574 2.395
Total **31.589** **55.745** **51.963**

20 Outras receitas operacionais

	31.12.2024	31.12.2023
	Semestre	Exercício
Recuperação de Encargos e Despesas	1.075	1.906
Receita equalização tesouro	2.869	5.566
Outras	997	997
Outras Reversões de Provisões Operacionais - (Contingências Fiscais)	11	30
Total	4.951	8.588

21 Benefícios a Empregados

a) Plano de contribuição definida: O Banco aderiu ao Fundo Multipatrocinado de Previdência Privada John Deere Prev, junto ao Bradesco Multipensões, que tem por finalidade básica a concessão de benefício a seus empregados de um complemento de aposentadoria, sendo esta através de um plano de contribuição definida. Não existe nenhuma obrigação atuarial oriunda desse plano que requiera reconhecimento contábil. As despesas de contribuição do Banco referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024 totalizaram R\$ 1.488 e R\$ 2.904 respectivamente e R\$ 2.804 em 31.12.2023. **b) Plano de saúde:** O Banco oferece aos seus empregados aposentados, a exemplo dos empregados ativos, planos de benefícios com ressarcimento parcial de despesas médicas. Com base nas características do benefício pós-emprego, foi efetuado pelo atuarial independente o cálculo das obrigações do Banco relativo a esse benefício pós-emprego, gerando resultado conforme o seguinte demonstrativo:

	31.12.2024	31.12.2023
Passivo atuarial no início do exercício	7.831	5.821
Custo dos serviços correntes	394	342
Juros sobre obrigações atuariais	791	619
Benefícios pagos pela empresa	(159)	(125)
Ajuste de avaliação atuarial (1)	(2.457)	645
Imposto de renda e Contribuição Social	(2.010)	528
Saldo do passivo no fim do exercício	4.388	7.830

(1) Referem-se a transferência de pessoas entre empresas (1).

As principais premissas utilizadas na avaliação atuarial são:

	31.12.2024	31.12.2023
Taxa de desconto atuarial - taxa real	7,47%	5,45%
Taxa de desconto atuarial - taxa nominal	12,04%	10,20%
Inflação projetada	4,25%	4,50%
Aumento por idade ("aging factor")	3,00%	3,00%
Tábua de mortalidade geral: AT-2000; Hipótese de rotatividade: [(2,00/idade do participante) - 0,04] + 0,05]. A partir de 50 anos de idade, as taxas são nulas.		

22 Instrumentos Financeiros: Os principais riscos relacionados aos instrumentos financeiros são risco de crédito, de mercado e de liquidez. Em virtude das operações realizadas em moeda estrangeira, os resultados do Banco estão suscetíveis a variações dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados ao dólar norte-americano (US\$). A exposição líquida do Banco ao risco de taxa de câmbio em dólar norte-americano (US\$) é conforme a seguir:

	31.12.2024	31.12.2023
Operações de crédito	3.642.741	3.215.886
Outros Créditos - Com partes relacionadas	10.939	6.465
Operações de empréstimos e repasses	(3.636.831)	(3.217.095)
Outras obrigações - Com partes relacionadas	(3.955)	(4.161)
Exposição líquida	(12.894)	(1.095)

Resumo do Relatório do Comitê de Auditoria

O Comitê de Auditoria do Banco John Deere S.A. foi formado por deliberação do Conselho de Administração em conformidade com as normas emanadas pelo Conselho Monetário Nacional e homologado pelo Banco Central do Brasil tendo dentre suas atribuições, o assessoramento ao Conselho de Administração na avaliação da qualidade das demonstrações financeiras e acompanhamento do cumprimento das exigências legais e regulamentares. O Comitê de Auditoria ("Comitê") do Banco John Deere S.A. manifesta que, reúne-se trimestralmente para análise de assuntos de sua competência, cujo funcionamento é disciplinado pelo seu regimento interno, e pelas regulamentações do Banco Central do Brasil. Nessas oportunidades, foram focados diversos temas, destacando-se: apresentação do plano de trabalho da Auditoria Independente, Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício, principais variações comparado com o semestre anterior, e acompanhamento das atividades de auditoria interna, a avaliação dos sistemas empregados para controles internos e gestão de riscos. De forma mais detalhada, foram avaliados os seguintes assuntos: - Monitoramento da atuação da auditoria independente, análise de seus relatórios e dos pontos de recomendação emitidos; - Análise do cronograma semestral de atividades, sua execução e dos relatórios preparados pela auditoria interna; - Apreciação e discussão de temas relevantes levantados nos relatórios de auditoria independente e interna; - Apreciação das Informações das Demonstrações Financeiras Semestrais da Empresa, e; - Apreciação dos resultados de Auditoria de Crédito e Concessionários, relatório de deficiências e cronograma para o próximo semestre. Conclusão: Embasado nas atividades descritas, consideradas as responsabilidades e limitações naturais do escopo de sua atuação, o Comitê recomenda à Diretoria a aprovação das demonstrações financeiras individuais do Banco John Deere S.A. relativas ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2024.

Membros do Comitê de Auditoria:

Alex Brauveres Ferreira - Managing Director	Israel Gobatto de Oliveira - CTO & Diretor Financeiro	Marcia Pediana Drescher - Contadora CRC RS-061589/0
Diretoria		
Alex Brauveres Ferreira - Managing Director	Israel Gobatto de Oliveira - CTO & Diretor Financeiro	

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas do Banco John Deere S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras do Banco John Deere S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco John Deere S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para perdas associadas ao risco de crédito: Por que é um PAA?** A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é constituída levando-se em consideração as normas regulamentares do BACEN, especificamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional CMN nº 2.682/99, sendo estimada com base nas análises das operações de crédito considerando o risco individual de cada devedor, de acordo com as políticas internas do Banco, conforme divulgado na nota explicativa nº 3.4 às demonstrações financeiras. A mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito é conduzida com a utilização de metodologia interna na determinação do "rating" do tomador do crédito e envolve julgamento sobre os fatores de risco dos clientes e das operações, tais

como o histórico de inadimplência, situação econômico-financeira, grau de endividamento, atraso, setor de atividade econômica, garantias, região de atuação, entre outros. Devido à relevância das operações de crédito e pelo fato de envolver julgamento da Administração na estimativa da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento das políticas e da metodologia interna utilizada na determinação do "rating"; (ii) entendimento dos controles que permeiam o processo de determinação do "rating"; (iii) desafio das principais premissas e dos julgamentos relevantes da Administração na determinação do "rating" de crédito" em base amostral; (iv) análise do nível de provisionamento total das carteiras; (v) recálculo dos valores provisionados; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nos procedimentos de auditoria, consideramos que os critérios adotados pela Administração para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito são apropriados no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº26 - "Eventos subsequentes" às demonstrações financeiras, a qual divulga que em 10 de fevereiro de 2025, ocorreu a conclusão da aliança entre a controladora do Banco e o Banco Bradesco. Em decorrência dessa aliança, o Banco Bradesco adquiriu 50% do capital do Banco, o qual passará a ser uma joint venture. A conclusão da transação foi aprovada pelos órgãos reguladores em 26 de fevereiro de 2025. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo

com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria ob-

tidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela Administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em